



UMA RELEITURA DO ESPAÇO SERTANEJO: O LEGADO CULTURAL DOS MESTIÇOS

A REREADING OF THE SERTANEJO SPACE: THE MIXED-RACE CULTURAL LEGACY

UNA RELECTURA DEL ESPACIO SERTANEJO: EL LEGADO CULTURAL DE LOS MESTIZOS

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.246-262

Priscila de Oliveira Romcy

Professora do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)
Doutora em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)
E-mail: promcy66@gmail.com

RESUMO:

Os sujeitos sertanejos, quais sejam os mestiços, desempenharam papel ativo na sociabilidade do sertão e contribuíram para a cultura no interior do Nordeste do Brasil. A importância destes, muitas vezes é subvalorizada enquanto expressão de um modo de vida particular da região sertaneja, seja pela ideologia de uma supremacia étnica, seja pela não contextualização desses sujeitos no processo histórico em que a ocupação do sertão Nordestino se deu. O presente artigo parte de uma pesquisa bibliográfica e documental para analisar os registros realizados no início do século XX sobre a formação do sertão, identificando que os mesmos foram realizados sob o ponto de vista da classe dominante. Intentamos compreender a importância dos sujeitos evidenciados sob a conformação do modo de vida sertanejo – desmistificando as relações sertanejas entre patrões e subordinados - que nos trouxe seu legado histórico e cultural para a caracterização do sertão. O resultado foi encontrar os mestiços do sertão enquanto uma população invisibilizada pelo discurso dominante e desfavorecida socialmente, e que mesmo assim teceu a sociabilidade sertaneja e difundiu a própria realidade a partir de gente como o vaqueiro, o artesão e demais indivíduos que marcaram esse espaço.

Palavras-chave: Sertão; Nordeste; Mestiços.

ABSTRACT:

The 'sertanejo' subjects whatever the mestizos, played an active role in the sociability of the backcountry, greatly contributed to the culture in the Northeastern Brazil. The importance of these are often undervalued as an expression of a particular way of life of the country region, be it by the ideology of an ethnic supremacy, or by the non contextualization of these subjects in the historical process in which the occupation of the Northeastern Countryside occurred. This article starts from a bibliographic and documentary research to analyze the records made in the early twentieth century about the formation of the *sertão*, identifying that they were performed from the point of view of the ruling class. We try to understand the importance of the subjects evidenced under the conformation of the backcountry way of life - demystifying the backcountry relations between bosses and subordinates - that brought us their historical and cultural legacy to characterize the backcountry. The result was to find the mixed-race of the *sertão* as a population invisible and socially disadvantaged, which nevertheless wove the country sociability and spread the reality itself from people like the cowboy, the craftsman and other individuals that marked this space.

Keywords: Sertão; Northeast; Mixed-race.

RESUMEN:

Los sujetos sertanejos, los mestizos, desempeñaron un papel activo en la sociabilidad del sertão y contribuyeron en gran medida a la cultura en el interior del Noreste de Brasil. Su importancia a menudo se subestima como una expresión de un estilo de vida particular en las tierras remotas, ya sea por la ideología

de una supremacía étnica o por la no contextualización de estos temas en el proceso histórico en el que tuvo lugar la ocupación de lo sertão del Nordeste. Este artículo parte de una investigación bibliográfica y documental para analizar los registros realizados a principios del siglo XX sobre la formación del interior, identificando que se realizaron desde el punto de vista de la clase dominante. Tratamos de comprender la importancia de los temas evidenciados bajo la conformación de la forma de vida sertaneja - desmitificando las relaciones entre jefes y subordinados - que nos ha traído su legado histórico y cultural para caracterizar el sertão. El resultado fue encontrar a los mestizos del interior como una población invisible por el discurso dominante y socialmente desfavorecido, que sin embargo tejió la sociabilidad del país y difundió la realidad de personas como el vaquero, el artesano y otras personas que marcaron este espacio.

Palabras clave: Sertão; Nordeste; Mestizos.

1 INTRODUÇÃO

A organização socioespacial sertaneja, forjada sob o confronto entre indígenas e colonos pela ocupação da terra, tem uma dinâmica cultural que marca o sertão a partir da formação histórica desse espaço. Nesse sentido, sujeitos como o vaqueiro são expressão de um modo de vida e organização social mestiça onde as relações étnicas e familiares ainda permeiam o traço cultural do sertão nordestino no século XXI.

É importante atentarmos para as publicações documentais e sínteses históricas que discorreram sobre o tema, entretanto, entendemos que devemos averiguar os conteúdos espaciais presentes nas publicações históricas sobre o sertão, assim como Said (2011) o fez em relação à literatura europeia e americana: “[...] esforçando-nos para extrair, estender, enfatizar e dar voz ao que está calado, ou marginalmente presente ou ideologicamente representado em tais obras” (SAID, 2011, p. 123).

A pesquisa bibliográfica e documental foi fundamental para a apreensão dos acontecimentos históricos e do saber espacial apresentado pelos estudiosos que propuseram compreender o território brasileiro. Para tanto, a busca de documentos no acervo do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará foi fundamental. Outras fontes históricas importantes também foram conseguidas junto ao acervo do Museu do Ceará.

Não obstante a pesquisa documental realizada, a pesquisa bibliográfica em plataformas digitais e nas bibliotecas das Universidades nos possibilitou um diálogo com as sínteses e análises realizadas por pesquisadores da temática em questão.

O presente artigo, derivado da tese de doutorado da autora, tem como enfoque a desmistificação das relações sertanejas entre patrões e subordinados sob a particularidade das relações de compadrio, da desigualdade étnica e social que permearam a sociabilidade no sertão por gerações.

Iniciamos nossa discussão a partir da particularidade da estruturação dos núcleos coloniais



no sertão, os quais, em suas características sociais e produtivas, demarcaram historicamente a cultura e o modo de vida sertanejo. Sob a particularidade sertaneja e suas características produtivas e decorrente modo de vida, ressaltamos a importância do vaqueiro enquanto expressão cultural do sertão.

2 MISCIGENAÇÃO E POVOAMENTO DO SERTÃO: A BASE DA HIERARQUIA SOCIAL

O interior do que conhecemos como Nordeste teve sua ocupação advinda principalmente a partir de Pernambuco e Bahia, nos quais “os caminhos e veredas do semiárido, por onde fluíam as tropas e os guerreiros bárbaros, acompanhavam sinuosamente o sistema resultante da respiração sazonal da bacia hidrográfica” (PUNTONI, 2002, p. 39). Essa assertiva condiz com a perspectiva de Pompeu Sobrinho (1937), quando este afirma que os caminhos existentes no sertão advêm das “veredas dos índios”, as quais se serviram expedições “[...] a (sic) procura de escravos, de campos propícios à criação de gado e também para surpreender e destruir os quilombos” (op. cit. p. 125).

A consolidação da economia pastoril se realizou no seio do escravismo operante na exploração e constituição do Brasil, e a pecuária foi uma tentativa de povoar o interior da América, ao passo que era expandida a ocupação da empresa colonial. Temos na economia pastoril uma particularidade, que segundo Puntoni (2002), se diferenciou pelo seu sistema de relações e remuneração. Nas palavras do autor:

O proprietário de imensas terras, como era o patrão nos tempos coloniais e de grandes quantidades de gado, responsabilizava vaqueiros pelo trato de algumas cabeças que ficavam sob seus cuidados e dos ajudantes que fossem recrutados (PUNTONI, 2002, p. 36).

Sob essa perspectiva, o autor ressalta ainda uma relação de confiança e lealdade entre o vaqueiro e o dono da fazenda que foi pertinente à economia e modo de vida pautado pela pecuária. Esse traço de aceitação/subalternidade expressa nessa relação comum ao sertão se dá no contexto da produção de acessórios para o povoamento e organização econômica do espaço brasileiro. O conjunto econômico e social do sertão se difere do litoral, visto que o usual neste espaço é a manutenção de escravizados enquanto mercadoria voltada à produção agrícola para exportação.

Esta relação de confiança presente nos currais tem origens, de modo geral, nos conflitos e violência com os povos nativos, e de maneira particular, com as mulheres e com os frutos – os mestiços – desse processo.

No que tange a esse processo civilizatório no Brasil, Ribeiro (1995) afirma ter existido um processo denominado pelo autor como “incorporação”, que proporcionou a miscigenação como tática de relações de poder por parte dos colonos. Para o autor, as nações indígenas foram interrompidas em seu desenvolvimento a partir da relação com o europeu, posto que este “recruta seus remanescentes como mão-de-obra servil de uma nova sociedade” (RIBEIRO, 1995, p. 74).

Essa prática de sociabilidade, aparentemente amistosa, se mostrou violenta a partir da relação de poder estabelecida pelos valores do homem branco, pois, “[...] para os colonos, os índios eram gado humano, cuja natureza, mais próxima de bicho que de gente, só se recomendava a escravidão” (RIBEIRO, 1995, p. 53). Logo, a influência social adquirida através da mestiçagem se deu com base na subordinação subjetiva dos povos nativos sob a classe dominante, estrangeira, bem como na dominação do povo nascente. Nas palavras de Martins (2013, p. 28) nos é ilustrado a base social brasileira: “Sociedade estamental, Portugal regulamentou no Brasil as relações sociais apenas onde fosse necessário para assegurar os privilégios da elite branca e católica e as diferenças sociais em que se fundavam”.

Esse processo de miscigenação como cooptação para consolidação de poder e influência se consolidou não só pelo tencionamento do estrangeiro europeu, mas também pela sujeição indígena, quando da incorporação de alguns costumes.

Na tradição indígena, o ser que nasce levava a descendência paterna, e não materna, sendo a mulher considerada como um receptáculo gerador da criança (RIBEIRO, 1995). Nas palavras do autor: “Como cada europeu posto na costa podia fazer muitíssimos desses casamentos, a instituição funcionava como uma forma vasta e eficaz de recrutamento de mão-de-obra para os trabalhos pesados [...]” (Ibid. p. 82). Segundo Menezes (1995), tal miscigenação originou “a população livre e mestiçada” (ibid. p. 63) que serviriam às tropas do exército, ao trabalho produtivo, bem como seriam os retirantes em períodos de seca.

Não obstante o controle dos povos nativos, uma das bases de condições materiais para a produção e reprodução social do referido processo civilizatório é a

[...] introdução do gado, que fornecia carne e couro – além de animais de transporte e tração -, bem como a criação de porcos, galinhas e outros animais domésticos que, associado à lavoura tropical indígena, proveria a subsistência dos núcleos coloniais (op. cit. p. 74).



Logo, tal processo de dominação dos habitantes de Pindorama¹ foi crucial para o desenvolvimento do Brasil enquanto país e marcou o embate e interação étnica em nosso estado nacional.

No que tange à análise do Brasil para o fim do século XIX e início de século XX, Machado (2018) alega haver um interesse dominante nessa época para compreender o estabelecimento das condições que culminaram na organização espacial do país. Nesse sentido, as produções de Abreu (1930 [1930]) e Pompeu Sobrinho (1937) compõem o saber espacial produzido nessa época.

De fato, o pensamento geográfico esteve presente nos debates sobre a natureza físico-climática do território, a adaptação do indivíduo ao meio, as características raciais dos habitantes, e as possíveis consequências desses aspectos sobre a formação social do povo brasileiro. Em síntese, a questão principal era o estabelecimento do potencial e dos limites da natureza física, social e política do país diante das idéias programáticas do “progresso” (MACHADO, 2018, p. 310)

Apesar da argumentação tortuosa desses documentos históricos no que refere a sua análise dos grupos etnográficos, o arrolamento das informações contidas nessas publicações antes do advento da geografia científica no país é de considerável importância. Cunha (2012), em sua Tese de Doutorado, ao realizar análise de documentos históricos para a região do Cariri cearense afirma que discursos e documentos promoveram historicamente conjuntos de aspectos para integrar e definir uma regionalização. Ou seja, a história oficial, instituída legalmente por documentos e regulada socialmente, nos mostrou que “a capacidade de representar, retratar, caracterizar e figurar não está simplesmente à disposição de qualquer membro de qualquer sociedade” (SAID, 2011, p. 243). É nessa perspectiva que Machado (op. cit.) afirma que no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX as ideologias científicas no Brasil marcaram as representações do interesse dominante sobre o espaço. Contudo, revisitar os documentos nos permite uma leitura reflexiva das informações.

3 DA OCUPAÇÃO DO SERTÃO À CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA PASTORIL

Na concepção de Ribeiro (1995), os campos de criação de gado, os sertões, foram formados principalmente por mamelucos e por brancos pobres. Essa realidade foi possibilitada pela realização da já mencionada ‘incorporação’ pela realização do cunhadismo, prática de miscigenação realizada através do casamento de uma índia com um estrangeiro (homem branco). “A importância era enorme e

¹ Pindorama é o nome dado pelos índios à sua morada antes do período de colonização do território que nós conhecemos por Brasil.

decorria de que aquele adventício passava a contar com uma multidão de parentes, que podia pôr a seu serviço, seja para seu conforto pessoal, seja para a produção de mercadorias” (Op. cit. p. 81).

O povoamento decorrente de tais práticas delineou as relações de confiança expostas por Puntoni (2002) como características da economia pastoril. Diegues (1999) endossa essa perspectiva ao afirmar que a cultura sertaneja, no decurso desse movimento de expansão, como especializada na criação de animais de pastoreio, está “marcada pela dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização familiar, na estruturação do poder [...]” (op. cit. p. 50). Tal argumento se ratifica com Abreu (1996 [1930]) ao reconhecer que “a criação do gado influe (sic) sobre o modo por que se forma a população” (op. cit. p. 226), mostrando assim a formação da sociabilidade sertaneja e sua relação com os currais e com o couro.

Nesse sentido, a dinâmica social do sertão se desenvolve com base na contraditória agregação étnica, que soma culturas do opressor e do povo nativo para melhor controlá-las sob o jugo do primeiro, no contexto criado por este, de ocupação e domínio territorial, tendo o gado e o couro como base produtiva e reprodutiva dessa sociabilidade.

Para Pompeu Sobrinho (1937), a ocupação dos sertões nordestinos começou na última metade do século XVII, quando as terras litorâneas já estavam povoadas e produzindo. Puntoni (2002) reforça essa perspectiva afirmando que “o objetivo era manter povoado o interior da América, expandir a ocupação da empresa colonial, ao mesmo tempo, enfrentar os problemas que esta mesma expansão criava” (op. cit. p. 26). Tal objetivo só pôde ser concretizado, segundo argumentação de Abreu (1996 [1930]), visto que a criação do gado foi capaz de vencer distâncias, facilitando o transporte, o que foi importante num país tão vasto, pois as próprias reses fizeram o percurso.

A consolidação da economia pastoril com a decorrente reprodução social sertaneja aconteceu a partir de embates diretos com os indígenas já presente nessas terras. Abreu (1966 [1930]) discorre que no século XVII os bandeirantes estavam organizados e desse modo eram contratados pelo governo para “pacificar uma região determinada, recebendo em paga parte dos prisioneiros feitos ou terrenos que ficavam devolutos, ou postos, pensões e comendas” (ABREU, 1996 [1930], p. 225). Nas palavras do referido autor:

[...] contornando as águas do alto Paraná, procuravam as do S. Francisco, que seguiam até seu destino. Os que chegaram por este caminho ao Ceará provavelmente acostaram-se ao Pajehú, de onde, transposta a Borburema, rendido os índios do Piancó, Seridó e outros afluentes do Piranhas, se passaram às águas do baixo Jaguaribe. Por ahi corre até nossos dias um dos caminhos que ligam Ceará a Pernambuco (ABREU, 1966 [1930], p. 225-226).



Tal inserção do colono para o interior a partir de rios, perenes ou não, era impulsionada para o domínio de novas áreas além do litoral. E mesmo com a pouca lucratividade da lavoura em áreas de caatinga, “[...] urgia dar-lhes destino, mesmo porque a área dos catingaes era enorme, e descurla (sic) tanto montava a deixar sem proveito a maior parte do paiz (sic)” (ABREU, 1996 [1930], p. 78). Em nota de rodapé, Abreu (1996 [1930]) caracteriza as adversidades da caatinga por esta ser acessível, mas não fácil de transpassar, e é por essa adversidade que o autor afirma: “só o gado poude (sic) primeiro trilhar a caatinga” (op. cit. p. 78-79), mostrando assim a importância da pecuária no sertão nordestino.

A marcha colonizadora pelo sertão foi primordial, visto a dificuldade de transporte para a circulação nacional pela via marítima ser problemática², logo os caminhos do interior foram indispensáveis para habitação e comunicação entre o sertão e as áreas de expressão comercial. Em relação a esses caminhos,

[...] quase todos os que serviram durante os tempos coloniais provieram das veredas dos índios aproveitadas pelos primeiros exploradores, pelas expedições contra os indígenas rebelados e pelos fazendeiros que se situaram às margens dos rios e riachos (POMPEU SOBRINHO, 1937, p. 334).

O autor ainda ressalta que muito depois do aproveitamento dos caminhos indígenas apareceram os caminhos criados politicamente, mas que estes consistiam muitas vezes em melhorias de caminhos antigos.

Contudo, a apropriação dos espaços ocupados pelos índios nativos não aconteceu de maneira rápida ou fácil. A difusão da presença do colono se deu ao passo da resistência indígena, dentre os quais os Cariris, sinaliza Abreu (1996 [1930]), foram os mais persistentes em sua defesa em todo o país. Mesmo assim, estes³ foram mortos, reduzidos a aldeamentos, “outros agregados a fazendas, fundindo-se e confundindo-se com os colonizadores alienígenas” (ABREU, [1930] 1996, p. 60).

Menezes (1995) também ressaltou a brava resistência dos índios e salientou que a passagem de Pernambuco para o interior da capitania cearense foi muito dificultada pela defesa dos índios Paiacus entre o Assú e a serra do Apodi.

Em relação às áreas dominadas, Pompeu Sobrinho (1937) mostra a influência indígena na construção dos primeiros abrigos dos colonos, com casas muito simples de taipa com telha ou de palha trançada à similitude das cabanas indígenas, quando até os utensílios eram produzidos a partir das palmeiras ou plantas similares, quando estas abundavam.

² Os ventos no litoral, que sopram numa só direção, dificultavam e retardavam o diálogo entre as capitânicas, principalmente Pernambuco, que era central para as operações econômicas da época.

³ Os Cariris existiam em territórios desde a Paraíba ao Ceará.

Não obstante aos caminhos pelos quais o gado penetrou, como usufruto que “foi sem dúvida pela trilha do índio e guiado por índio” (ABREU, [1930] 1996, p. 79), têm-se também a herança na habitação, com a construção de cabanas ventiladas, e a alimentação. Nessa perspectiva podemos observar a assertiva de Pompeu Sobrinho (1937, p. 369) com base nos apontamentos do naturalista Koster ao notar que até pouco tempo o sertanejo, de maneira geral, não usava mesa nem cadeira para as refeições: “o costume mais geral, diz Koster, é acocarem-se em cima de uma esteira, onde toda a família forma um círculo em roda de cabaças e assim é que fazem suas refeições” (KOSTER apud, POMPEU SOBRINHO, 1937, p. 369).

Vale ressaltar que assim como o artesanato em palha é resquício da cultura indígena associada ao nascente modo de vida sertanejo, a base alimentar pautada em tubérculos como macaxeira e milho é outra herança; “com a massa de mandioca Puba preparam-se bolos e papas, com a goma beijus, tapiocas, com a farinha pará, carare pisada ou paçoca de carne, paçoca de peixe, etc” (PINHEIRO, 2009, p. 49).

Vemos assim uma forte contribuição cultural indígena associada ao desenvolvimento da reprodução social sertaneja, que como nos lembra Andrade (1995), tal herança é delegada aos colonizadores, sendo estes muitas vezes já miscigenados. Tal influência “também deu margem à utilização de utensílios de couro, como portas de casa, leitos, cordas, borracha de carregar água, alforje, malas, mochilas, peias para cavalo, bainhas de faca etc. [...]” (op. cit. p. 48).

Não obstante à herança e influência indígena para com a cultura em processo, outro legado se deu em relação à formação dos povoados. Pompeu Sobrinho (1936), em relação ao povoamento, discorre sobre a formação das vilas, mostrando as diferentes influências para a formação das mesmas. O autor afirma que as primeiras vilas e cidades fizeram-se a partir dos aldeamentos indígenas, mas que esses aglomerados também podem ter se originado “de um primitivo centro, sede de fazendas de criar ou de sítios de plantar, convenientemente situados no interesse das relações comerciais” (POMPEU SOBRINHO, 1937, p. 333). Logo, seja por influência política ou por necessidades da justiça, as vilas e cidades sertanejas foram sendo instituídas, e materializadas enquanto amálgama da sociedade camponesa e sertaneja nascente.

Além de atestar as diferenciações quanto as origens de povoados e vilas, Pompeu Sobrinho (1937) distingue três áreas etnográficas no Nordeste brasileiro, quais sejam: a dos vaqueiros, a dos engenhos e a dos pescadores. Sendo a área do vaqueiro a terra do sertão, a qual desenvolveremos a seguir.



4 DESENVOLVIMENTO DA SOCIABILIDADE NO SERTÃO

Com o processo de povoamento, a igreja teve importante atuação em consonância com as bandeiras para a redução da força indígena, visto que Bezerra (apud MENEZES, 1995) afirma que o motivo da doutrinação indígena pela religião era manter em segurança o gado e os colonos. Nas palavras de Ribeiro (1995, p. 8), “Nada que os índios tinham ou faziam foi visto com qualquer apreço, senão eles próprios, como objeto diverso de gozo e como fazedores do que não entendiam, produtores do que não consumiam”, logo dominá-los pela ideologia ou pela força era essencial ao projeto colonizador.

Não obstante a lógica estabelecida de dominação territorial e da subjetividade do nativo, a expansão do pastoreio pela dispersão dos currais promoveu um desenvolvimento da economia pastoril e do modo de vida peculiar no sertão, com “espírito de patriarcado” (PINHEIRO, 2009) que ao longo dos séculos se concretizou com seus costumes próprios. Sobre esse processo, Ribeiro (1995, p. 340) afirma:

Conformou, também, um tipo particular de população com subcultura própria, a sertaneja, marcada por sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folgedos estacionais, na dieta [...].

Essa caracterização da reprodução social do sertão, com seus costumes e modo de vida contrasta com o litoral, primeiro espaço povoado para fins de exploração econômica, com melhores solos para a produção, principalmente na zona da mata, e de maneira geral, lócus de funcionamento das instâncias jurídicas e comerciais representativas perante o exterior. A concentração de poderes e autoridade no litoral, representados por ouvidores, governadores, vigários e fregueses é exposta por Abreu (1996 [1930]) ao caracterizar este espaço como cenário de lutas políticas. Tal concentração de instâncias políticas e jurídicas também eram tidas como marcos de civilização, presente no litoral e não no sertão.

No que tange ao espaço cearense, mesmo que Abreu (1996 [1930]) afirmasse que no século XVII o Ceará já estivesse “devassado” e os índios reduzidos às aldeias, Menezes (1998, p. 176) precisa que somente no século XVIII a criação de gado foi fomentada no Ceará, mostrando que “as ‘fazendas de criação’ desempenharam o papel de linha avançada da marcha colonizadora, a fronteira movediça dos conflitos mais violentos”.

Sob o contexto da consolidação da pecuária e decorrente povoamento do sertão, Pompeu Sobrinho (1937) justifica o sucesso da criação de gado, afirmando que a difusão do gado foi prodigiosa nas caatingas por ser rendosa e haver poucas despesas. O fato do transporte dessa mercadoria se dá por ela mesma, sem custos, facilitou a troca com outros gêneros de maior valor nos centros comerciais.

No espaço dos currais o comércio era inexpressivo, e as necessidades das pessoas quanto à alimentação e vestuário eram sanadas localmente, com produção agrícola de subsistência para consumo e produção de artefatos artesanais para demais usos (POMPEU SOBRINHO, 1937). Na descrição do autor fica clara a existência dessas outras atividades, que não a pecuária, compondo a realidade e dinâmica do sertão, mesmo tendo o gado por central:

Não havia agricultura, senão raramente em pequenos tratos nas coroas dos rios, onde alguns agregados se davam ao trabalho de cultivar uma insignificância de milho, feijão, melancia, algodão. Pouco bastava, porque a terra fértil oferecia rendimento espantoso e escassas eram as bocas para o consumo dos cereais e legumes. Com o algodão, fiavam-se e teciam-se em toscos teares fazendas grosseiras e principalmente redes de dormir. O comércio era insignificante e os artigos da sua predileção tiravam-se do próprio gado. A pele dos ruminantes domésticos chegou a ser matéria prima de aplicação quasi universal entre os sertanejos do XVIII século. As grandes necessidades de alimento, satisfazia-as o gado – a carne fresca e seca, o queijo e o leite [...] o mais, isto é, a rapadura e a farinha, obtinha-se em troca dos couros das reses sacrificadas para o consumo e pelas morrinhas (POMPEU SOBRINHO, 1937, p. 338).

As necessidades locais eram sanadas em sua maior parte pelo artesanato em couro, seja a confecção de instrumentos de trabalho no campo ou de uso doméstico, já as demandas por produtos que não se produzia e nem confeccionavam artesanalmente no local, também eram adquiridos a partir das rezes enquanto fonte de capital e “os gêneros de maior valor, tecidos caros, utensílios que os artífices locais não sabiam fabricar, tiveram de ser comprados nas praças da Baía e Pernambuco, com o produto das boiadas” (op. cit., p. 339). Mesmo homens e mulheres mais pobres tinham suas roupas (comumente de algodão e chita) tecidas em casa, e também compravam tecidos na cidade pelo intermédio dos “passadores de gado” (POMPEU SOBRINHO, 1937). Pinheiro (2009) reforça a exposição de como a dinâmica do sertão acontecia e como permaneceu até meados do século XIX. Nas palavras do autor:

No século XIX, nos sertões, a vida era quase autárquica. Além de vestir-se nosso matuto do algodão de suas roças, tecido em seus teares, alimentava-se de legumes que plantava, da rapadura de seus engenhos, calçava alpercatas de couro cru e resguardava-lhe a cabeça do sol e da chuva seu célebre chapéu de couro curtido (PINHEIRO, 2009, p. 113).



Logo, constatamos a importância do artesanato como meio transformador da natureza. Essa atividade, fundamental na construção social do sertão do século XVIII, tinha por base primordial o couro das boiadas, as quais, como vimos, é a base econômica e social dos costumes e modo de vida experienciado e disseminado por gerações. Assim, os artesãos do couro e os vaqueiros são importante expressão histórico-espacial desse constructo social, atravessaram gerações e ainda hoje nos congratulam com sua existência e conhecimento adquirido ao longo das gerações.

5 OS SUJEITOS PARA ALÉM DOS DENOMINADOS FILHOS ILUSTRES DA TERRA

Faz-se necessário expor o contexto e problematização em torno daqueles que dinamizaram a realidade do sertão, sejam eles artesãos, vaqueiros, e demais mestiços que com muito empenho trabalharam com a terra, o gado e viveram nesta sociedade.

É importante pautar a discussão sobre os grupos étnicos, miscigenação e seu papel social no período histórico em questão, pois a mentalidade do Brasil durante o século XVIII é de que o imigrante, na figura do colono, representa a ordem, e a ele foram concedidas terras para trabalho, sejam por sesmarias, no início da colônia, como por concessões de produção já no século XVIII, em detrimento do papel do mestiço e sua contribuição social.

Contudo, esses colonos, que foram os imigrantes italianos nos estudos de Martins (1992), e o português no Nordeste (POMPEU SOBRINHO, 1937) no século XVIII, eram a expressão da europeização que as elites coloniais idealizavam enquanto um ideal de civilização para o Brasil. Desse modo, ao contrário do imigrante europeu, a população mestiça e de origem indígena era:

Destituída de direito à propriedade numa sociedade em que tal direito estava vinculado à pureza racial, ao mesmo tempo em que não contava com a tutela e a proteção a que estavam obrigados os senhores de escravos em relação aos seus cativos. Embora formalmente livre, era uma população privada de direitos, obrigada a viver de favor e de pequenos trabalhos para os grandes fazendeiros ou para si mesma. Em todo o país, desde os tempos coloniais, foi uma população forçada a viver no limite da sociedade, obrigada a desenvolver uma sociabilidade em grande parte própria, apoiada em estratégias de sobrevivência (MARTINS, 1992, p. 137).

Essa segregação social de base étnica constitui a base das relações sociais e do poder da classe dominante de narrar sob a sua perspectiva (científicas e da literatura) a função dos papéis sociais dentre aqueles que compõem a realidade, em nosso caso, a realidade pastoril do sertão nordestino.

Pompeu Sobrinho (1937, p. 341), ao identificar as bases étnicas predominantes do Nordeste brasileiro afirma que “é de conhecimento de todos o ariano peninsular, particularmente o português dos séculos XVI a XVIII, o africano importado e o ameríndio que ocupava a região ao tempo da conquista”. No que tange à caracterização do ariano, português em relação à colonização do sertão, este é caracterizado como: “mesmo rodeado de índios mansos e mamelucos destemidos, o português ou o mazombo que se aventurava a tanto devia possuir dotes excepcionais de coragem e energia (...)” (op. cit. p. 341). Já os negros, são tidos como menos presente nos sertões nordestinos, seja por ser uma mercadoria cara e de menor necessidade nos sertões comparado ao tipo de trabalho que demandava essa mão-de-obra no litoral, como, segundo Pompeu Sobrinho (1937, p. 348), por serem “os menos amparados contra o flagelo (das secas), em vista da inferioridade das suas condições sociais”. No que tange ao índio, “sob o aspecto humoral e psíquico há que salientar a grande resistência física que lhes permitia enormes caminhadas, rapidez extraordinária nas corridas [...] Essas qualidades eram tais que causavam admiração aos fortes soldados da Holanda” (op. cit. p. 354).

As pretensas justificativas para caracterizar os tipos étnicos, partilharam da premissa da superioridade da raça pura, sendo esta a branca, expressa nas citações presentes, como em demais explicações no documento original. Mesmo com elogios ao índio, este o faz a partir de relatórios naturalistas já realizados por povos de etnia branca (holandeses), enquanto as alegações de inferioridade aos negros não são fundamentadas, mas ainda sim postas como verídicas, o que nos mostra como os documentos da história oficial estão vinculados a uma perspectiva ideológica tendenciosa. Entretanto, tal posicionamento do autor é compreensível, visto que, “A constituição de um objeto narrativo, por mais anormal ou insólito que seja, sempre é um ato social por excelência, e como tal carrega atrás ou dentro de si a autoridade da história e da sociedade” (SAID, 2011, p. 139). O que mostra o ponto de vista segundo os preceitos e ideologia que nortearam seu pensamento.

Consoante às assertivas de Pompeu Sobrinho (1937), Menezes (1995) sintetizou como se deu a culminância do processo de povoamento do sertão nordestino, afirmando que foi a partir da população indígena que provieram os contingentes futuros da população trabalhadora, pela miscigenação, juntamente com a população negra, e brancos, em menor proporção, por estes serem a minoria beneficiada.

Apresentado os nossos elementos sociais da base econômica pecuária, vemos que a criação do gado, base econômica comum à realidade sertaneja, era realizada pelos vaqueiros. Estes eram trabalhadores livres relacionados diretamente aos interesses dos fazendeiros (em contexto nacional de escravidão) que eram pagos “em generos de quatro bezerros um, de modo que em poucos annos



(sic) têm semente com que começar vantajosamente a luta pela existência” (ABREU, 1996, [1930], p. 100). Não obstante ao recebimento de pagamento em gêneros, os vaqueiros são caracterizados por Menezes (1995) e Abreu (1996, [1930]) como trabalhadores de vida aventurosa, por se aventurar em espaços nos quais não iam os criadores, denotando um trabalho de liberdade e de espírito livre, por estes serem mamelucos, reforçando a relação da origem indígena e branca. Logo, nessa perspectiva, “desagradava-lhes a tarefa contínua e absorvente da lavoura” (MENEZES, 1995, p. 88).

Essa composição do vaqueiro como um forte e valente, procede para com o trabalho que estes realizam, além de ser um trabalho pautado no conhecimento de habilidades adquiridas pela experiência. Contudo, tal sujeito figura como um mito, muitas vezes exaltado fora de contexto da realidade.

A profissão de vaqueiro é reconhecida por nós e pelos autores em questão como uma profissão digna, que requer coragem e habilidade. Contudo, o que apontamos para a reflexão é a maneira como ela é propalada de modo desarticulado da sua relação com o criador de gado e subjugada a este. Considerando que os criadores são de etnia branca e os vaqueiros mamelucos, no contexto de segregação étnica, quase estamental (MARTINS, 1992), entendemos que o vaqueiro, mesmo exaltado, é uma profissão de “2ª. Classe”, é a manutenção da subordinação do mestiço ao *status quo* dominante sob o enaltecimento de características étnicas brancas e indígenas. Essa relação de complexidade, foi pontuada por Puntonni (2002) ao expor que tal relação entre patrão e empregado tem por base a relação de confiança (e subordinação) que não é comum no presente contexto, visto no litoral a relação é entre senhor de escravo e mercadoria. Entretanto, não nos furtamos ao debate, pois não é porque a relação no sertão é de confiança que está imune de preconceito e coação.

Analisemos a assertiva de Pompeu Sobrinho (1937, p. 337):

[...] os vaqueiros e seus agregados e ajudantes, quasi únicos habitantes desses rincões, sabem que seus pais não exerceram ali atividade diversa; a tradição apega-os fortemente à tradição de seus maiores, profissão que, por sua vez, tem atrativos poderosos. O vaqueiro goza de uma liberdade ampla, não tem patrão muitas vezes e, quando o tem, esse é antes um sócio a que ele acompanha pela superioridade que lhe confere o conhecimento da terra, do gado, dos métodos de criação, e a responsabilidade direta das cousas da fazenda. A vida do vaqueiro é pouco atormentada: não lhe preocupam o espirito aborrecidos, trabalhos materiais sobre que tenha de meditar, nem a possibilidade de sêcas destruidoras, nem os negócios econômicos ou a manutenção da família. Não podia haver profissão mais adequada aos descendentes dos indígenas, habituados a uma vida sem coação de ordem administrativa.

A alegação de Pompeu Sobrinho (1937) enaltece uma liberdade falseada, visto que a relação do vaqueiro para com o fazendeiro remete a traços de servidão, seja por falta de posses de terra, como pelo ganho relativo à produção. Além do que é valorizado o trabalho na lida em detrimento do trabalho intelectual, como se o mestiço não fosse capaz de realizá-lo, enquanto na verdade, este trabalho administrativo, que é intelectual, é concebido ao senhor, ao fazendeiro, ou seja, ao colono, enquanto etnia superior. É essa falsa relação amistosa apresentada e defendida por Pompeu Sobrinho (1937) que criticamos, visto que subvaloriza o real trabalho do vaqueiro.

No âmbito da composição social sertaneja, os naturalistas e estudiosos dos séculos XIX e XX nos trazem elementos importantes para situarmos a diferenciação social no sertão. A partir dos escritos de Pinheiro (2009), Pompeu Sobrinho (1937) e Menezes (1995), podemos distinguir os “habitantes respeitáveis”, constituídos por brasileiros, quase todos lojistas, políticos ou fazendeiros; enquanto o mestiço, pobre, é visto como um “cabra” de índole ruim ou violenta, ou mesmo um “matuto”, o qual eram os empregados que transportavam mercadorias em lombos de animais, mais conhecidos por camboeiros. Ademais, temos o “homem da enxada” e o “vaqueiro” fazendo parte do conjunto dos pobres e mestiços, contudo, estes são elogiados como “duros e sóbrios” pelos “ilustres filhos da terra” (cidadãos pertencentes às elites).

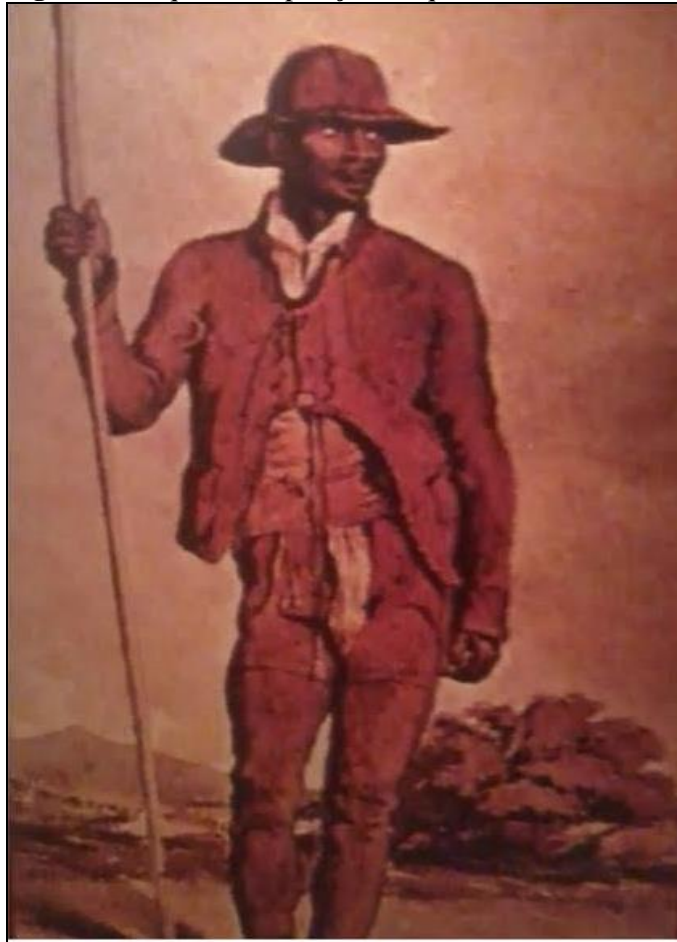
Essa sociabilidade própria, de produção para a subsistência numa realidade de liberdade formal, esteve diretamente atrelada à uma relação de patriarcado, pois,

No Nordeste o patriarcado rural, acima nomeado, requinta-se atingindo uma verdadeira intimidade entre o amo e seu vaqueiro, ou seu trabalhador de enxada, que conversam familiarmente, sentados lado a lado, comem na mesa, etc (POMPEU SOBRINHO, 1937, p. 43).

De todo modo, o trabalho de vaqueiro (Figura 1) e a vida da gente simples e livre do sertão, no século XVIII, ainda privada de direitos, proporcionou o desenvolvimento de uma sociabilidade própria para a manutenção da sobrevivência sobre o legado indígena da produção de macaxeira, milho e pequenas roças para o consumo, associado ao trabalho com o couro, seja com curtumes para o trato da pele, como com o artesanato a partir da confecção de instrumentos e acessórios necessários ao dia a dia.



Figura 1: Vaqueiro. Exposição 'Vaqueiros'



Fonte: Museu da Cultura Cearense/CE

No que tange ao artesão, o era o próprio vaqueiro, que por muitas vezes produzia suas peças de trabalho. Quando não, seleiros faziam especialmente selas e artefatos voltados à montaria, com precisão e qualidade para a efetivação do trabalho com o gado. Estes, compunham o setor social que eram respeitados, porém, subjugados pelos detentores do poder.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o espaço do sertão no século XVIII foi a síntese da relação de poderes e interação social entre brancos, índios, negros e mestiços. Síntese esta que promoveu uma convivência tendo por pressuposto uma segregação étnica e social, que se harmonizou pelos laços de familiaridade e compadrio disseminados e cultivados de maneira interesseira desde os tempos de colonização. Os segregados filhos da terra, como o vaqueiro, que sem o respaldo cultural de civilidade europeia, realizaram por si a corajosa empreitada de viver pela e a partir da experiência junto aos currais, ao gado, aos ciclos naturais. Tais sujeitos, congregadores dos saberes indígenas,

africanos e colonos, legaram um modo de vida particular sertanejo de profunda riqueza cultural que ainda no tempo presente resiste frente às transformações e ressignificações do mundo moderno.

Os documentos elaborados sobre o Brasil no final do século XIX e início do século XX, como afirmou Machado (2018), trazem ideias de mudança e evolução na transição de um Brasil colonial para moderno. Concordamos com a autora na perspectiva de que a transição pautada pela ideia do progresso situou o pensamento geográfico nas questões de limites de natureza física, social e política do país. Entretanto, a realidade experienciada pelos sujeitos sertanejos por gerações não se alinha ao anseio intelectual da época, visto que essas experiências se expressam na cultura e na heterogeneidade socioespacial. As lentes escolhidas para analisar o progresso refutaram a contribuição cultural indígena, africana bem como desvalorizaram o mestiço a partir de julgamentos morais através de argumentos pseudo-científicos. Faz-se necessário descolonizar a leitura sobre o espaço sertanejo brasileiro e a partir da teoria de Said (2011) levar a cabo a proposta de desnudar a contribuição cultural do sujeito sertanejo no sertão do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Ed fac-sim. [1930]. São Paulo: Xérox do Brasil/Câmara Brasileira do Livro, 1996.

CUNHA, Maria Soares. **Pontos de (re)visão e explorações historiográficas da abordagem regional**: exercício a partir do Cariri cearense (séculos XIX e XX). Tese de Doutorado. Programa de Geografia, UFC, 2012.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPUB – USP, MMA, CNPQ, 1999.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. 18ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio**. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da república Velha. São Paulo: Hucitec, 1992.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais. 3ª edição. Fortaleza: UFC. Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1995.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento e costumes. Ed fac-sim. [1950]. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.



POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **O homem do Nordeste**. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1937/1937-OHomemdoNordeste.pdf>> Revista do Instituto do Ceará – Anno LI – 1937.

PUNTONI, Pedro. **Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650 – 1720**. São Paulo: HUCITEC - FAPESP, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Recebido em 01 de Fevereiro de 2018
Aprovado em 15 de Janeiro de 2020

